

Centrão muda tudo com novo projeto



O Centrão e o Grupo dos 32 prevêem consenso em 95% das propostas de emendas

Alencar Monteiro

A estabilidade em negociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A estabilidade no emprego é a principal questão em negociação entre o Centrão e o Grupo dos 32. Ontem foram realizadas duas rodadas de conversações e a expectativa do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, é de que haja consenso em torno de 95% das propostas. "As demais irão a plenário", disse. Já a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), embora não fale em números, acha que será possível chegar a um acordo em muitos pontos, mas prevê problemas no capítulo da Ordem Econômica, principalmente no que trata da exploração do subsolo.

Até a noite de hoje, o Centrão e o Grupo dos 32 acertaram os textos finais das emendas. Em relação à estabilidade no emprego, o Centrão pretende que ela se dê após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa e

nos de "força maior de indenização na forma da lei". O Grupo dos 32 quer que o empregado fique protegido contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, assegurando indenização compensatória maior quando a ela ocorrer nos dois primeiros anos de contrato.

Para Eraldo Tinoco, será possível o acordo entre as duas partes. Pessoalmente, considera que a proposta do Centrão é mais completa porque estabelece parâmetros para a demissão sem justa causa e não cria impedimentos para o empregador se desfazer do vínculo, obrigando-o, neste caso, a arcar com o ônus.

Outro ponto em negociação é o que determina o conceito de empresa nacional. Para Eraldo Tinoco, a iniciativa do Centrão também é a mais completa, já que privilegia o capital nacional sem afugentar os investimentos externos. Ele admitiu, no entanto, que, se surgir outra redação que não modifique os conceitos básicos da emenda, o Centrão não colocará obstáculos. E explicou que

"o que é preciso ser enviado para a lei complementar é a questão da remessa dos lucros, que poderá ser objeto de alteração com o passar dos anos, dependendo da economia mundial".

O Centrão e o Grupo dos 32 já chegaram a um acordo em relação à remuneração da hora extra, licença gestante e prescrição das causas trabalhistas. Ficou acertado que o pagamento da hora extra será de no mínimo 50%; a licença gestante terá duração de 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário e o prazo para a prescrição das causas trabalhistas será de cinco anos, contados da data de lesão ao direito. Nos casos de extinção do contrato de trabalho, o prazo não poderá exceder os dois anos.

Cerca de 170 assinaturas já haviam sido conseguidas pelo Centrão até o final da noite de ontem para as suas 11 emendas. A expectativa é de que o número chegue a 280 até o final do prazo de apresentação de emendas, que termina às 19 horas de amanhã.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mudar tudo, desde o preâmbulo até as disposições transitórias do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Este é o objetivo do Centrão, decidido a reafirmar sua maioria, já comprovada quatro vezes em plenário. O grupo, além das emendas aos pontos polêmicos, divulgou dez emendas substitutivas — uma ao preâmbulo e o restante aos títulos e às disposições transitórias. Do projeto original foi mantido apenas a introdução do sistema parlamentarista de governo.

A proposta do Centrão tem apenas quatro artigos a menos do que o documento da Sistematização. E, mais do que o projeto original, o grupo optou por remeter à lei ordinária uma grande parte dos dispositivos constitucionais, principalmente no que se refere aos direitos e garantias dos trabalhadores. Nesse ponto é que será concentrado o grande poder de negociação do Centrão. Pelas emendas, a estabilidade será garantida a partir de um ano de trabalho. As demissões sem justa causa terão indenizações de um mês de salário para cada ano trabalhado.

Para tentar conseguir o apoio de empresários e sindicalistas, o Centrão sugere que a estabilidade seja contada a partir da instalação da Constituinte, a 1º de fevereiro de 1987, e não retroativa a todo o período trabalhado.

São as seguintes as principais alterações propostas pelo Centrão, através de suas dez emendas substitutivas ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Primeira emenda: (preâmbulo) — O Centrão preferiu o texto do senador Afonso Arinos, que está no "Hércules IV", determinando que o Brasil deve ser dotado de "instituições que atendam às mais sentidas aspirações do nosso povo, agora e para o futuro".

Segunda emenda: (Princípios fundamentais, título I) — O grupo altera, na essência, o fundamento do poder. Como está na atual Constituição, "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido", excluindo que ele é exercido por intermédio de seus representantes eleitos.

Tercera emenda: (Dos direitos e garantias fundamentais, Título II) — O Centrão garante também aos estrangeiros os direitos dos brasileiros de inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade privada. Garante o sigilo à fonte jornalística, prevendo que cada um responderá, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. Considera inafiançáveis a prática de tortura, tráfico de drogas, crimes hediondos e terrorismo. Ainda nesse capítulo, o Centrão prevê a estabilidade no emprego, após 12 meses. Mantém toda a parte relativa à nacionalidade e altera os direitos políticos, acabando com o voto aos 16 anos e com o domicílio eleitoral de seis meses.

Quarta emenda: (Da organização do Estado, título III) — Essa parte apresenta poucas alterações. O Centrão preferiu transcrever o que já estava no projeto da Sistematização. Foi reafirmada a obrigação de pagamento de imposto de renda sobre os vencimentos completos dos parlamentares, juizes e militares.

Quinta emenda: (Da organização dos poderes e sistema de governo, título IV) — O Centrão mantém, em nome da unidade do grupo, o sistema de governo proposto por Bernardo Cabral. Rejeita expressivamente a criação do Conselho Nacional de Justiça, colocado pela Ordem dos Advogados do Brasil e aprovado pelo relator da Sistematização.

Sexta emenda: (Da defesa do Estado e das instituições democráticas, título V) — A proposta faz pequenas alterações, dispondo sobre as medidas de emergência e o estado de sítio.

Sétima emenda: (Da tributação e do orçamento, título VI) — O Centrão optou por não alterar muito as relações tributárias entre a União, os estados e os municípios, exceto na parte em que o projeto da Sistematização beneficia os estados com 10% do IPTU do valor exportado, acrescentando-se mais 1% para as cidades portuárias. A emenda, do deputado Gastone Righi, terá como principal beneficiado o porto de Santos.

Oitava emenda: (Da ordem econômica e financeira, título VII) — A economia é baseada na livre iniciativa e tem por objetivo assegurar existência digna a todos. Nesse capítulo está a definição da empresa nacional, que, segundo o Centrão, é aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração. A empresa de capital completamente nacional poderá ter proteção e benefícios especiais temporários. Na questão da reforma agrária, o Centrão define o direito de propriedade do imóvel rural quando seu uso corresponder a uma função social. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo essa função.

Nona emenda: (Da ordem social, título VIII) — O Centrão baixa a média de cálculo para os proventos de aposentadoria pelos últimos 12 meses. Na parte da saúde, manteve a iniciativa privada e, na educação, derrubou a gratuidade do ensino no terceiro grau — universidade.

Décima emenda: (Disposições transitórias) — Põe em vigor no País o sistema parlamentarista de governo no dia 15 de março de 1988. Para isso, seria estabelecida uma comissão de transição, que teria 30 dias para elaborar o processo de mudança do presidencialismo para o parlamentarismo.

A integra das emendas do Centrão está nas páginas 36 a 42

Propostas chegam a 574. Nenhuma do PT

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Assembléia Nacional Constituinte recebeu ontem apenas 96 propostas de emendas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Foi um dia considerado fraco, mas mesmo assim melhor do que ocorreu no final de semana, quando os parlamentares se limitaram a entregar quatro sugestões: duas no sábado e duas no domingo. Até agora, o número de propostas já chega a 574. Apenas o Partido dos Trabalhadores ainda não deu nenhuma contribuição.

Continuam chegando propostas de eleições gerais para este ano, assim como as de eleições para presidente da República para 1989, concedendo ao presidente Sarney o mandato de cinco anos. O senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) quer que, 120 dias após a promulgação da nova Carta, haja eleição para Presidência e vice-presidência da República. A posse dos eleitos, segundo ele, será 60 dias após a eleição e o mandato será encerrado a 15 de fevereiro de 1993. Propõe ainda que os mandatos de governadores e vice-governadores eleitos em 15 de novembro de 1988 terminem em 15 de março de 1991. O parlamentar quer também que os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1988 permaneçam até 1º de janeiro de 1989. Com esta fórmula, um prefeito chegará a ficar mais de seis anos no cargo. O senador Ruy Bacelar deseja ainda que o mandato presidencial seja de quatro anos, contra os cinco defendidos por Asdrúbal Bentes (PMDB-PA).

Já o deputado João Menezes pretende que, 180 dias após a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional crie uma comissão integrada por deputados e senadores para estudar qual o sistema de governo mais adequado para o País. O estudo, que poderá vir acompanhado do projeto de emenda constitucional, deverá ser apresentado, discutido e votado em

sessão conjunta. O senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA), por sua vez, sugere que as disposições referentes ao sistema de governo entrem em vigor 60 dias após a promulgação da Carta. A matéria não será passível de emenda antes de decorridos cinco anos.

Nas emendas apresentadas ontem surgiram preocupações em relação à questão armamentista mundial e à produção nacional de material bélico. O deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) propõe que o Brasil estabeleça que o espaço é patrimônio comum da humanidade, podendo ser usado apenas para fins pacíficos; seu uso e exploração não podem ser instrumentos de dominação econômica, tecnológica, política, cultural ou militar de um país sobre outro. O deputado Celso Dourado (PMDB-BA) quer que seja da competência do Congresso Nacional a autorização para a comercialização e exportação de armas para nações em conflito.

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), em sua emenda, diz que, "caso não seja eleito o primeiro-ministro no prazo previsto, deverá o presidente da República dissolver a Câmara dos Deputados e convocar eleições extraordinárias". Ele quer também acabar com os documentos sigilosos após 30 anos de sua produção.

A deputada Dircê Tutu Quadros (PTB-SP) sugere que seja livre o exercício e a prática de assistência e tratamento espiritual, desde que realizadas gratuitamente. Ivo Lech (PMDB-RS) quer assistência integral e natural à saúde com prioridade para aplicação de métodos alternativos de prevenção e recuperação.

Sem se preocupar com a desordem política que possa causar, a deputada Rosa Prata (PMDB-MG) propõe que os estados possam incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e do Congresso Nacional.

Operado, deputado passa bem

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais líderes do Centrão, foi operado domingo, às 18 horas, pelo cirurgião Aloysio Campos da Paz e uma equipe de seis médicos, devido a uma queda de cavalo, que sofreu no dia 30, em uma de suas fazendas em São Paulo, quando fraturou gravemente a cabeça do colo do fêmur da perna direita. Por isso, teve de se submeter a uma operação de osteossíntese para a fixação de três pinos que ficarão permanentemente na altura da virilha.

A primeira visita que Cardoso recebeu, ainda no domingo, foi a do presidente José Sarney, acompanhado pelo governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Apesar de garantir que não sente dores, e que "só arde", Cardoso deve permanecer internado no Hos-

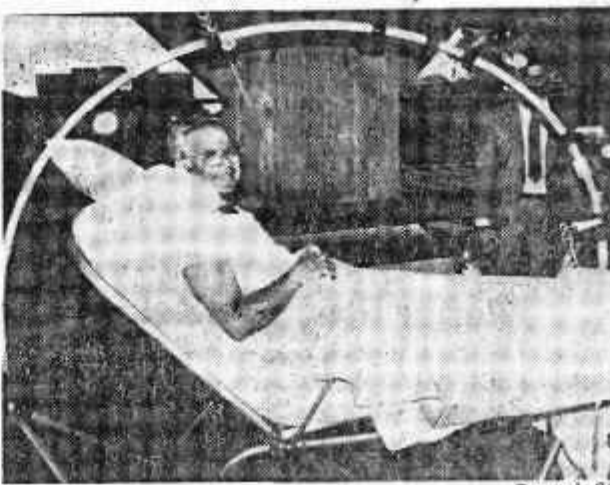
pital de Medicina do Aparelho Locomotor/Sarah Kubitschek em Brasília, por cerca de dez dias. Depois desse prazo, ele terá de andar em cadeira de rodas por aproximadamente seis semanas até a completa cicatrização da fratura de cerca de quatro centímetros.

Um dos médicos da equipe que o operou, Amâncio Ramalho Júnior, qualificou de "excelente" o estado geral de saúde e recuperação apresentado pelo deputado ontem por volta das 13 horas, quando o visitou. De ótimo humor e aparência, o parlamentar respondeu a pergunta do médico que queria saber como passava: "Estou muito melhor que ontem. De astral também".

Mesmo recém-operado, Cardoso não esqueceu a política. Redigirá, no hospital, as cinco emendas a que tem direito. Pelo regimento interno da Constituinte, ele não poderá se licenciar nem ser substituído por suplente nessa fase dos trabalhos, caso contrário, perde o direito à votação em plenário.

BRUXAS SOLTAS

"A bruxa está solta pelos lados do Centrão." A afirmação foi feita em São Paulo pelo deputado federal Samir Achôa, ao embarcar ontem para Brasília, depois de ter sofrido um pequeno acidente automobilístico neste final de semana. Apesar do acidente, o deputado passa bem de saúde.



Cardoso Alves fica internado dez dias

Roque de Sá

Lavor garante que assinatura foi falsificada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) fez ontem representação junto ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, contra o deputado Matheus Jensen (PMDB-PR), do Centrão. O motivo foi uma assinatura do senador Mansueto, segundo ele falsificada, em apoio à emenda de Jensen fixando em cinco anos o mandato do presidente Sarney. Depois de um estudo da assinatura, o secretário-geral da mesa, Nerione Nunes Cardoso, declarou que a assinatura efetivamente foi feita pelo deputado Gérson Peres. A assessoria da mesa não considera que tenha havido falsificação, visto que a emenda de Jensen pelo mandato de cinco anos ainda não foi formalizada. Jensen chegou a jurar que não falsificou nenhuma assinatura.

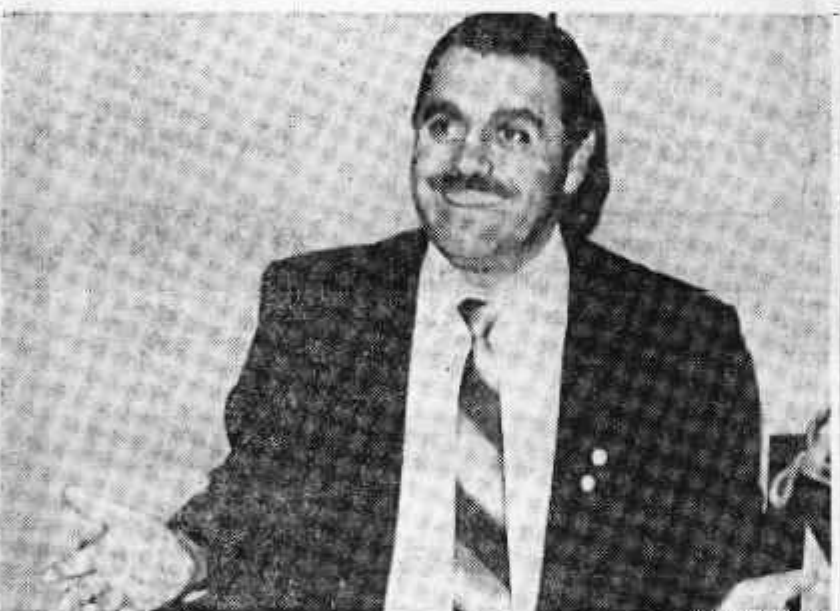
O próprio deputado Gérson Peres confirma a autoria da assinatura e também o apoio ao mandato de cinco anos. Por outro lado, Jensen insiste em que a assinatura pertence a Mansueto. O deputado Ulysses Guimarães disse que fará encaminhamento urgente da questão.

Mansueto diz que sempre foi favorável ao mandato de quatro anos e que apoiará a emenda por eleições presidenciais 30 dias após promulgação da nova Constituição. O senador atribuiu a falsificação da assinatura à "ansia incontida dos representantes do Centrão em servir ao presidente Sarney em troca de favores e benesses".

Jensen disse a vários jornalistas que o senador Mansueto havia mesmo assinado sua emenda de mandato de cinco anos e que agora estava recuando, possivelmente em virtude de pressões do governador Miguel Arraes. Ainda sem saber da pesquisa que atribuiu a autoria da assinatura a Gérson Peres, Jensen chegou a afirmar que o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, poderia testemunhar o apoio de Mansueto. Sant'Anna esclareceu depois que não testemunhou nada. Matheus Jensen, exercendo seu primeiro mandato, jurou que não falsificou a assinatura.



Mansueto de Lavor



Alencar Monteiro

Jensen jura que foi mesmo Lavor que assinou

Emenda de cinco anos tem maioria absoluta

AGÊNCIA ESTADO

A emenda defendendo mandato de cinco anos ao presidente Sarney já conta com assinatura de 282 parlamentares, dois acima da maioria absoluta da Constituinte. Até amanhã, último dia para apresentação de emendas ao projeto de Constituição, a proposta deverá alcançar "bem mais de 300 assinaturas".

A informação foi dada ontem à noite, em Brasília, ao presidente da República, pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (BA). O número atingido ontem exclui a assinatura (não confirmada) do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). Um assessor direto de Sarney disse que a aprovação de emenda estabelecendo eleições presidenciais em 89 "é a melhor solução para o País".

Há informações de que a liderança do governo teria juntado folhas de assinaturas de duas emendas estabelecendo eleições presidenciais em 89, a do deputado Matheus Jensen (PMDB-PR) e a do senador Edilson Lobão (PFL-MA).

Ao sair do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República, onde garantiu que conseguirá 310 assinaturas para encaminhar a emenda que dá cinco anos para Sarney, Carlos Sant'Anna disse que Sarney está convicto de que a Constituinte aprovará de cinco anos.

No encontro de ontem, Sant'Anna informou para o presidente Sarney, segundo afirmou, que até sábado já estavam garantidas 272 assinaturas de apoio à emenda dos cinco anos, das quais 140 de constituintes do PMDB. O presidente da República, de acordo com o deputado, ficou satisfeito com a notícia. Procurando transmitir confiança na emenda de Jensen, Carlos Sant'Anna disse que os adeptos de eleições presidenciais este ano podem até apresentar emendas nesse sentido, mas não conseguirão êxito como aconteceu na Comissão de Sistematização.

Ao comentar a emenda do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) que transfere as eleições de prefeito para o próximo ano, quando o pleito seria geral, o líder disse que aqueles que apóiam o governo acham que as eleições municipais têm que ocorrer este ano. Em 1989 seriam eleitos o presidente da República e o vice, en-

quanto que governadores, deputados e senadores disputariam em 1990.

O ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, que também despachou ontem no Alvorada, onde o presidente ficará todas as segundas, quartas e sextas-feiras pela manhã, não quis fazer maiores comentários sobre o assunto. Disse que o presidente Sarney, apesar do interesse nos aspectos políticos, estes dias está mais preocupado com questões administrativas, como as negociações da dívida externa que começaram ontem em Nova York.

ADVERTÊNCIA

O ministro Prisco Viana, da Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, lançou ontem uma advertência aos governadores que estão engajados na campanha dos históricos do PMDB para reduzir o mandato do presidente José Sarney: "Se é verdade que o governo do presidente não goza de muita popularidade, também é verdade que a população não está contente com os seus governadores". Para o ministro, se o preceito para reduzir o mandato é o descontentamento da sociedade, as eleições este ano devem ser gerais.

Dentro da Constituinte, porém, na avaliação de Prisco, a tendência majoritária é pela manutenção do mandato de cinco anos do presidente, apesar do Centrão, grupo dominante na Casa, não se mostrar completamente unido quanto à questão.

Ontem, em Viteria, o governador do Espírito Santo, Max Mauro, tradicional defensor do mandato de cinco anos para Sarney, admitiu que a proposta de rompimento entre o partido e o presidente, sugerida sábado na reunião dos históricos do PMDB, depende da direção nacional que, antes de adotá-la, deve ouvir as principais lideranças dos estados e depois as bases. Há um mês, envolvido em pleitos junto à Presidência da República para obter recursos para o Espírito Santo, Max Mauro apoiava mudanças ministeriais e não admitia hostilidades a Sarney. Mas ontem, disse que diante da atual crise, "a eleição direta para presidente se torna cada vez mais importante para a consolidação do processo de transição democrática".